

[Handwritten signatures and marks]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016



**ASSOCIAÇÃO
DA CRECHE
DE BRAGA**

Instituição Particular de Solidariedade Social



Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Atividade da Creche
2. Informações exigidas por diplomas legais
3. Factos relevantes após o termo do período
4. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras
5. Proposta de aplicação dos resultados

3

4

8

8

9

9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Naturezas
- Demonstração dos Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Anexo

10

11

12

13

14

15

16

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

34





João P.A.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Sede

Rua do Faio, n.º 235 - 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 - Fax.: 253 200 749
associacaodaCrecheBraga2@gmail.com

Palmeira

Av. do Castelo, n.º 122 - 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 - Tel.: 253 307 101
associacaodaCrecheBraga2@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 12,
4710-923 Braga
Tel.: 253 305 570 • creche@mailcreche.pt



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2016

No exercício das suas competências – art.º 4.º do Estatuto – vem a Direção da Associação da Creche de Braga, doravante designada por ACB, apresentar o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2016.

1. Atividade da Creche

Continuando na senda do sintético plano de ação desta Instituição para o ano de 2016 em que se destacavam não as atividades normais, correntes, mas, antes, as propostas e preocupações para uma conjugação tanto quanto possível harmoniosa dos fatores condicionantes da qualidade dos serviços prestados no dia-a-dia às famílias dos utentes das 3 creches, dos dois pré-escolares, dos dois CATL e de um centro de atividades ocupacionais para jovens e adultos deficientes mentais, vem-se, agora, em esquema semelhante, dar conta da execução efetiva do então proposto.

Um serviço de qualidade na guarda, socialização e educação dos utentes que, nos dias úteis de cada semana, nos são confiados implica:

- a. Instalações e equipamentos;
- b. Recursos humanos adequados, habilitados e na quantidade e na qualidade certas, para o trabalho de guarda, socialização e educação como para a prestação dos demais serviços de apoio e assistência, educadoras de infância, trabalhadores auxiliares, trabalhadores de cozinha, técnicos superiores de diversificada formação, etc.
- c. Recursos financeiros, ajustados ao desenvolvimento das atividades, que permitam satisfazer atempadamente tanto as despesas correntes, como as de investimento inovador e/ou reparação de instalações e equipamentos, as de salários, formação profissional, seguros, contribuições para a S. Social, água, luz, aquecimento, etc.

E se, em 2012, e anos seguintes, a preocupação maior foi a do ajustamento do mapa de pessoal às reais necessidades e respeitando os critérios vinculativos tanto do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação, o certo é que em 2016, a preocupação maior passou a ser a da melhoria das instalações e equipamentos, que, apesar de ainda terem qualidade aceitável, pela "idade", despesas de reparação e conservação frequentes e, inclusive, falta de licenciamento na parte mais recentemente construída, e a modernização tecnológica e informática dos, digamos, serviços gerais e de apoio administrativo.

No entanto não se descuidaram as preocupações com a melhoria da prestação dos serviços aos utentes cometendo aos dirigentes executivos a incumbência da realização de reuniões periódicas de trabalho, a realização de ações de formação modular certificada - 2 turnos, 40 trabalhadores - e uma ação de formação a todos os trabalhadores voltada para o trabalho em equipa no primeiro caso e gerir a equipa para os dirigentes.

Mas de forma mais minuciosa regista-se:

1- Instalações e equipamentos:

A sua melhoria mediante a requalificação foi uma preocupação dominante.

Tudo o que dependia da iniciativa da Direção teve um grau de execução relevante:

- I. Centro Novais e Sousa: projeto base executado graciosamente pelos respetivos técnicos da Câmara Municipal de Braga.
 - a. Projetos de especialidade, com o custo de € 15.000,00: em execução. A atual Câmara comparticipará com 50% o custo destes projetos.
 - b. Custo Previsto para a requalificação: € 1.120.087,75
- II. Edifício da Sede: projeto base em execução adiantada e projetos de especialidade a aguardar a recolha de propostas por se ter entendido que se deveria aguardar o resultado das eleições dos Órgãos Sociais da ACB.
- III. Esse retardar de recolha de propostas nada prejudicará na medida em que não terão de estar elaborados por ocasião de qualquer anúncio de candidatura a financiamento.
- IV. Reparação e conservação de instalações, equipamentos, espaços exteriores:
 - a. Sistema de aquecimento da Sede;
 - b. Servidor do Sistema Administrativo;
 - c. Reparações na Sede – CATL - e em Palmeira: estão previstas, são urgentes e tem já consulta de preços.
 - d. O custo previsto será de: € 51.000,00

2- Recursos Humanos:

I. Quadro de pessoal



Nada é imutável, mas admite-se que, para o momento presente, o mapa de pessoal vigente estará ajustado às necessidades da ACB e, o que não pode ser olvidado, às exigências oficiais.

Impor-se-á a definição de um quadro de pessoal dotado de flexibilidade para permitir que, em cada ano escolar, seja possível ajustá-lo às necessidades decorrentes do maior ou menor número de utentes por estabelecimento e resposta social.

II. Avaliação de desempenho: foi uma preocupação.

Deu-se formação ao quadro dirigente - 7 horas – no entanto apesar de os monitores entenderem que teriam condições, para, em grupo, elaborarem um projeto, pela sua inação posterior há que admitir não terem ainda condições para tal.

E daí o estar em curso um outro caminho iniciado com a formação para trabalho em equipa e direção de equipas.

III. Haverá que desenvolver esforços de reclassificação de alguns trabalhadores pois que a carreira em que se inserem oficialmente não corresponde ao tipo de trabalho efetivamente desempenhado o que implica, em termos de Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), esse direito, essa possibilidade e essa responsabilidade.

IV. Informação e Formação Profissional

Também foram uma preocupação,

- Formação modular certificada: beneficiou 40 trabalhadores em dois turnos
- 10 Dirigentes executivos beneficiaram de uma ação de formação profissional voltada para o gerir equipas de trabalho.
- A totalidade dos demais trabalhadores – 150 - por sua vez, beneficiou de formação voltada para o estar e trabalhar em equipa.
- Custo das formações b) e c): € 3.768,00

V. Para futuro, sendo financeiramente possível, seria vantajoso desenhar-se um projeto anual de formação e informação que, para além de cumprir o que se encontra legalmente previsto, conseguisse “quebrar” as ainda visíveis resistências à mudança que se deve aprofundar para que a ACB continue a servir os bracarenses nos próximos 100 anos.

3- Recursos Financeiros:

No plano de ação para 2016, estabeleciam-se balizas enformadoras do tipo de gestão que se pretendia desenvolver:

- I. "...uma gestão de equilíbrio e, se possível, de superavit entre receitas e despesas";
- II. Uma gestão em que as receitas extraordinárias – participações e subsídios conseguidos e, por regra, os empréstimos, deveriam ter aplicação no fim para que foram conseguidos/contraidos.

E estes objetivos estão a ser conseguidos. De facto, em 2016, conseguiu-se, inclusive, um saldo significativo entre as receitas normais obtidas e a totalidade das despesa onde os empréstimos contraidos que foi indispensável contrair no quinquénio de 2012 a 2016 têm já um peso de pequeno relevo conforme se demonstra a seguir:

Receitas totais:	2.875.703,79
Despesas totais:	2.764.641,17
Resultado:	111.062,62

Porque a elaboração do presente relatório e contas de 2016 constitui um dos últimos atos de um ciclo de cinco anos de gestão será oportuno demonstrar a evolução do trabalho desenvolvido ao logo deste quinquénio partindo-se, digamos, da situação encontrada em 2 de janeiro de 2012:

Encargos decorrentes da situação "herdada"	
Despesas	Valores (€)
Reembolso de participação indevidamente recebidas Creche	14.282,76
Indemnização a dez trabalhadores a prazo desnecessários	45.261,08
Indemnizações por outros despedimentos	61.355,83
Trabalhadores independentes ainda não reconhecidos como tal pela Seg. Social	17.251,78
Subsídio de Natal de 2011	115.693,00
Dívida a Sá Taqueiro	187.000,00
Amortização final do empréstimo ATL	20.157,75
Obras de Reparações	30.000,00
TOTAL	491.002,20

O inventário das dívidas existentes a que se juntaram os encargos das medidas mais urgentes a assumir impunha a contração, o mais urgentemente possível, de um empréstimo.

Anunciada uma Linha de Crédito de Apoio à Economia Social – LCAES – fez-se a indispensável candidatura para um empréstimo de € 300.000,00.

Porque o tempo urgia e a disponibilização do seu montante tardava, houve necessidade de antecipar esse montante através de um outro empréstimo contraído em condições de mercado normal.

A gestão dos dois empréstimos contraídos, e, inclusive, de outras receitas extraordinárias, no contexto da política de gestão desenvolvida, conduziu à situação do *superavit* financeiro revelado nas contas e ao ponto seguinte da situação no que diz respeito a financiamento:

1. Millenium BCP
 - a. Montante atua: € 44.408,84
 - b. Encargo mensal: € 1.644,00 – 27 meses
2. Montepio Geral:
 - a. Montante atual: € 282.445,67
 - b. Encargo mensal: € 2.409,72

Obviamente que, se houver condições para tanto, o empréstimo contraído no Millennium BCP deverá ser amortizado.

O mesmo se poderá dizer do empréstimo contraído por recurso à LCAES. Mas, considerando as condições do mesmo, fazê-lo, ou não, deverá ser muito bem ponderado.

Em conclusão: a situação de crise existente em fins de 2011 está superada.

2. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa de que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 554/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

3. Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016.

4. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção, em reunião de 10 de março de 2017.

5. Proposta de aplicação dos resultados

A ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA apresentou um resultado líquido do período positivo no valor de € 111.062,62. A Direção propõe que o resultado líquido no período de 2016 seja mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Braga, 10 de março de 2017

A Direção







DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sede

Rua do Reis, n.º 233 + 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 + fax: 253 200 749
mae@assocodocrechedebraga2@gmail.com

Palmeira

Av. da Cavada, n.º 122 + 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 + Tel.: 253 307 101
mae@assocodocrechedebraga3@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4715-923 Braga
Tel.: 253 205 570 + ematouso@uol.pt

Balanço

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.733.424,83	2.919.458,53
Ativos intangíveis	5	8.631,00	-
Investimentos financeiros		1.840,57	1.840,57
Subtotal		2.743.896,40	2.921.299,10
Ativo corrente			
Inventários	6	6.046,33	16.161,32
Créditos a receber	7	5.581,62	4.150,30
Estado e outros entes públicos	8	17.266,12	14.975,08
Diferimentos	9	9.780,91	6.848,32
Outros ativos correntes	10	72.873,45	103.631,02
Caixa e depósitos bancários	11	166.081,25	58.923,97
Subtotal		277.628,68	204.690,01
Total do Ativo		3.021.525,08	3.125.989,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	25.535,28	25.535,28
Resultados transitados	12	1.416.095,38	1.631.551,73
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	611.649,84	636.464,38
Resultado líquido do período		111.062,62	(215.456,35)
Total dos fundos patrimoniais		2.164.343,12	2.078.095,04
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	15.080,00	15.080,00
Financiamentos obtidos	15	302.743,17	482.614,94
Subtotal		317.823,17	497.694,94
Passivo corrente			
Fornecedores	16	63.045,93	64.683,34
Estado e outros entes públicos	8	99.858,48	97.839,33
Financiamentos obtidos	15	42.304,44	75.175,84
Diferimentos	9	1.661,98	1.661,98
Outros passivos correntes	17	332.487,96	310.838,64
Subtotal		539.358,79	550.199,13
Total do passivo		857.181,96	1.047.894,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.021.525,08	3.125.989,11

Braga, 10 de março de 2017.

A Direção



A Contabilista Certificada, n.º 55.926



Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	18	847.464,59	769.536,36
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1.817.593,63	1.776.257,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(141.724,14)	(137.040,00)
Fornecimentos e serviços externos	20	(292.802,61)	(290.085,05)
Gastos com o pessoal	21	(2.200.523,17)	(2.256.897,44)
Outros rendimentos e ganhos	22	210.486,87	86.611,28
Outros gastos e perdas	23	(18.977,71)	(47.293,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		221.517,46	(98.911,14)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(95.555,15)	(99.095,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		125.962,31	(198.007,13)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	158,70	138,36
Juros e gastos similares suportados	24	(15.058,39)	(17.587,58)
Resultados antes de impostos		111.062,62	(215.456,35)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		111.062,62	(215.456,35)

Braga, 10 de março de 2017

A Direção



A Contabilista Certificada, n.º 55.926



Demonstração dos Resultados por Funções

RECEITAS E CUSTOS	UNIDADE DE CUSTO - FUNÇÃO										TOTAL
	Admin-15	Admin-16	Admin-17	Admin-18	Admin-19	Admin-20	Admin-21	Admin-22	Admin-23	Admin-24	
Vendas e serviços prestados	34.052,30	236.703,40	211.627,32	48.126,58	41.445,02	105.552,24	286.212,21	44.112,10	52.292,20	447.484,56	1.013.510,39
Contribuição social e outras contribuições	9.125,20	129.264,00	122.183,88	17.751,02	15.072,08	104.281,86	118.110,10	11.942,01	11.200,00	142.274,24	1.027.040,39
Resultados brutos	43.177,50	365.967,40	333.811,20	65.877,60	56.517,10	209.834,10	404.322,31	56.054,11	63.492,20	289.758,80	2.040.550,78
Custos com pessoal		987.188,87	403.198,12	18.188,26	111.461,61	228.197,42	282.711,27	10.622,98	622.700,80	1.028.196,28	1.861.066,61
Custos de serviços											
Custos administrativos											
Custos de investigação e desenvolvimento											
Custos gerais											
Resultados operacionais (antes de juros de financiamento e impostos)	(186.236,47)	(431.221,47)	(69.386,92)	(18.188,26)	(154.944,51)	(118.363,32)	(138.388,96)	(54.568,87)	(159.508,60)	(1.085.926,48)	(1.648.916,48)
Juros de financiamento (liquidos)											
Resultados antes de impostos	(186.236,47)	(431.221,47)	(69.386,92)	(18.188,26)	(154.944,51)	(118.363,32)	(138.388,96)	(54.568,87)	(159.508,60)	(1.085.926,48)	(1.648.916,48)
Impostos sobre o rendimento do período											
Resultados líquidos do período	(186.236,47)	(431.221,47)	(69.386,92)	(18.188,26)	(154.944,51)	(118.363,32)	(138.388,96)	(54.568,87)	(159.508,60)	(1.085.926,48)	(1.648.916,48)

Braga, 10 de março de 2017

A Direção



Sede: Rua do Rio, n.º 235, 4710-923 Braga
 Tel.: 253 200 730 • Fax: 253 200 749
 email: associacaodaocrededebraga2@gmail.com

A Contabilista Certificada, n.º 55.926



Centro D. João Novais e Sousa
 R. D. João de Novais e Sousa, n.º 13
 4710-923 Braga
 Tel.: 253 205 570 • cna@unifrcas.pt

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transmitidos	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	25.535,28	1.631.551,75	636.464,38	(215.456,35)	2.078.095,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13		(215.456,35)	(24.834,54)	215.456,35	(24.834,54)
	7		(215.456,35)	(24.834,54)	215.456,35	(24.834,54)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				111.062,62	111.062,62
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				111.062,62	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	25.535,28	1.416.095,38	611.629,84	111.062,62	2.164.323,12

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros


DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transmitidos	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	3	25.535,28	1.713.101,96	680.880,75	(81.550,26)	2.338.967,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13		(81.550,26)	(25.426,41)	81.550,26	(25.426,41)
	2		(81.550,26)	(25.426,41)	81.550,26	(25.426,41)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(215.456,35)	(215.456,35)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				(215.456,35)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=3+2+3+5	25.535,28	1.631.551,75	636.464,38	(215.456,35)	2.078.095,06

Braga, 10 de março de 2017

A Direção



A Contabilista Certificada, n.º 55.926



Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS		
		2016	2015	
Fluxos de caixa das atividade operacionais – método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		847.464,59	796.101,40	
Pagamento a fornecedores		(404.189,66)	(412.115,09)	
Pagamentos ao pessoal		(1.483.757,21)	(1.523.528,91)	
		Caixa gerada pelas operações	(1.040.482,28)	(1.139.542,60)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				
Outros recebimentos/pagamentos		1.481.766,10	1.290.629,81	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		441.283,82	151.087,21	
Fluxos de caixa das atividade de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	4	(16.483,68)	(66.607,15)	
Recebimentos provenientes de:				
Juros e rendimentos similares		158,70	138,36	
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(16.324,98)	(66.468,79)	
Fluxos de caixa das atividade de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(302.743,17)	(75.175,84)	
Juros e gastos similares		(15.058,39)	(17.587,58)	
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(317.801,56)	(92.763,42)	
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		107.157,28	(8.145,00)	
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	58.923,97	67.068,97	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	166.081,25	58.923,97	

Braga, 10 de março de 2017

A Direção



A Contabilista Certificada, n.º 55.926



Anexo

1. Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República nº18 de 25 de Janeiro de 2008, Série II, com sede em Rua do Ralo nº235, 4710-923-Braga. Tem como atividade Educação de Infância e Jovens para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A prevenção e a reparação de situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;
- A integração e a promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades;
- Assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente bebés, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- Dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos;
- Facultar todo o tipo de respostas de ação social ao seu alcance;

Apoiar, nomeada e principalmente, na educação de bebés, crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para o seu crescimento integral, a nível físico, pessoal, familiar, mental/intelectual, psicológico, emocional/afetivo, ético/moral, religioso e social

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

5.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

5.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

5.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 12 e 19) e "Diferimentos" (Nota 11)

5.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

5.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

5.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

5.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

5.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

5.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Doutros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

5.2.2. Ativos intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja possível atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero.

5.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

5.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável líquida.

Créditos a receber e outros ativos

Os "Créditos a receber" e as "Outros ativos" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma .

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outros passivos correntes*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

5.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

5.2.6. Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

5.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" de "Empréstimos obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Os rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

5.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que aplicável.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 do Código do IRC encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

5.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

5.2.10. Subsídios do Estado

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são imputados na demonstração dos resultados de cada período, na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

5.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

5.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

5.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Custo				
Edifícios e outras construções	3.972.341,57	1.384,55	(98.830,24)	3.866.485,50
Equipamento básico	404.159,52	4.334,33	(164,35)	408.329,50
Equipamento de transporte	205.049,48	-	-	205.049,48
Equipamento administrativo	113.687,38	7.732,23	-	121.419,61
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	-	8.495,00
Total	4.703.922,31	13.451,11	(98.994,59)	4.609.968,45
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1.083.818,82	78.243,25	(499,01)	1.161.563,06
Equipamento básico	399.542,23	7.894,37	-	407.436,60
Equipamento de transporte	204.049,48	1.000,00	-	205.049,48
Equipamento administrativo	96.863,89	5.441,23	-	102.305,12
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Total	1.784.463,78	92.578,85	(499,01)	1.876.543,62
				Quantia escriturada
				2.733.424,83

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Custo				
Edifícios e outras construções	3.917.610,63	57.928,99	(3.198,05)	3.972.341,57
Equipamento básico	409.680,39	10.788,75	(16.309,62)	404.159,52
Equipamento de transporte	205.049,48	-	-	205.049,48
Equipamento administrativo	113.574,93	112,45	-	113.687,38
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	-	8.495,00
Total	4.654.599,79	68.830,19	(19.507,67)	4.703.922,31
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1.010.669,42	77.282,75	(4.133,35)	1.083.818,82
Equipamento básico	400.675,40	16.057,47	(17.190,64)	399.542,23
Equipamento de transporte	203.049,48	1.000,00	-	204.049,48
Equipamento administrativo	88.068,76	8.795,13	-	96.863,89
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Total	1.702.652,42	103.135,35	(21.323,99)	1.784.463,78
				Quantia escriturada
				2.919.458,53

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2016
Custo			
Outros ativos intangíveis	-	11.607,30	11.607,30
Total	-	11.607,30	11.607,30
Amortizações acumuladas			
Outros ativos intangíveis	-	2.976,30	2.976,30
Total	-	2.976,30	2.976,30
Quantia escriturada			8.631,00

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.161,32	131.609,15	6.046,33	141.724,14
Total	16.161,32	131.609,15	6.046,33	141.724,14

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Inventário em 31-dez-2015	CMVMC em 2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.157,87	144.043,45	16.161,32	137.040,00
Total	9.157,87	144.043,45	16.161,32	137.040,00

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Cientes e Utentes c/c	5.581,62	4.150,30
Cientes	1.348,00	1.080,00
Utentes	4.233,62	3.070,30
Total	5.581,62	4.150,30

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:



Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	17.265,12	14.975,08
Total	17.265,12	14.975,08
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	19.833,50	21.747,50
Segurança Social	79.579,13	76.091,83
Outros Impostos e Taxas	445,85	-
Total	99.858,48	97.839,33

João A
[Signature]

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	5.757,83	2.897,10
Outros	4.023,08	3.951,22
Total	9.780,91	6.848,32
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	1.661,98	1.661,98
Total	1.661,98	1.661,98

10. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Entidades devedoras por subsídios	68.944,23	100.432,87
Fundo de Participação Financeira	46.511,36	78.000,00
Segurança Social	22.432,87	22.432,87
Outros devedores	3.929,22	3.198,15
Perdas por imparidade	-	-
Total	72.873,45	103.631,02

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	2.348,06	5.366,84
Depósitos à ordem	163.733,19	53.557,13
Total	166.081,25	58.923,97

12. Fundos patrimoniais

Nas "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Fundos	25.535,28	-	-	25.535,28
Resultados transitados	1.631.551,73	(215.456,35)	-	1.416.095,38
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	636.464,38	-	24.814,54	611.649,84
Resultado líquido do período	(215.456,35)	111.062,62	(215.456,35)	111.062,62
Total	2.078.095,04	(104.393,73)	(190.641,81)	2.164.343,12

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Subsídios ao investimento	636.464,38	24.814,54	611.649,84
Fundo Socorro Social	277.161,40	7.957,53	269.203,87
Paras	350.901,16	14.670,51	336.230,65
Barclays	8.401,82	2.798,37	5.603,45
Total	636.464,38	24.814,54	611.649,84

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2015, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	31-12-2015	Aumentos	Diminuições	31-12-2016
Processos judiciais em curso	15.080,00	-	-	15.080,00
Total	15.080,00	-	-	15.080,00

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	42.304,44	302.743,17	345.047,61	75.175,84	482.614,94	557.790,78
Total	42.304,44	302.743,17	345.047,61	75.175,84	482.614,94	557.790,78

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
	Capital	Capital
Até um ano	42.304,44	75.175,84
De um a cinco anos	302.743,17	482.614,94
Total	345.047,61	557.790,78

16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	63.045,93	64.683,34
Total	63.045,93	64.683,34

17. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Outras dívidas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	332.487,96	310.838,64
Remunerações a liquidar	332.487,96	300.120,00
Total	332.487,96	310.838,64

18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Serviços Prestados":

Descrição	2016	2015
Matrículas e Mensalidades	847.464,59	769.536,36
Total	847.464,59	769.536,36

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de "Subsídios, doações e legados à exploração" era a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.748.419,29	1.679.144,48
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	8.079,18	7.901,11
Fundo de Compensação Financeira	46.511,36	78.000,00
INR	6.807,80	5.343,85
Autarquias	7.776,00	-
Outros	-	5.867,90
Total	1.817.593,63	1.776.257,34

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	75.747,00	89.258,92
Trabalhos Especializados	57.125,32	60.726,07
Conservação e reparação	10.580,66	14.099,49
Honorários	3.431,70	7.872,00
Materiais	5.706,47	4.365,60
Energia e fluidos	126.142,83	113.925,42
Deslocações, estadas e transportes	17.656,53	20.085,08
Serviços diversos (*)	67.549,78	62.450,03
Limpeza e Higiene	34.901,84	30.628,34
Material Didático	11.185,22	9.270,26
Comunicações	8.367,06	7.367,69
Total	292.802,61	290.085,06

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

21. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2016 e 2015, foram 7 em ambos os anos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de xxxx e em 2015 foi de 150.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações do pessoal	1.806.937,71	1.770.970,88
Encargos sobre as remunerações	377.716,91	370.403,77
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	12.100,55	13.992,86
Outros gastos com o pessoal	3.768,00	101.529,93
Total	2.200.523,17	2.256.897,44

22. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos", nos períodos de 2016 e 2015 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	19.782,30	31.923,79
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	152.879,65	18.391,49
Outros rendimentos e ganhos (*)	37.824,92	36.926,00
Subsídios para investimentos	27.071,74	27.088,39
Correções relativas a períodos anteriores	8.883,93	6.951,92
Outros	1.869,25	2.255,69
Total	210.486,87	86.611,28

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos", nos períodos de 2016 e 2015, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros gastos e perdas (*)	18.977,71	47.293,63
Outros	8.438,44	3.429,02
Correções relativas a períodos anteriores	6.143,55	30.541,22
Condomínios	4.395,72	13.323,39
Total	18.977,71	47.293,63

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente



24. Resultados financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15.058,39	17.587,58
Total	15.058,39	17.587,58
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	158,70	138,36
Total	158,70	138,36
Resultados financeiros	(14.899,69)	(17.449,22)

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2016 e 2015, foram de € 3.321,00 (IVA não incluído) em cada um dos períodos.

26. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 10 de março de 2017.

Braga, 10 de março de 2017

A Direção


António José Costa
Presidente
Rua do Rolo, n.º 230 - 4710-923 Braga

A Contabilista Certificada, n.º 55.926


Daniela Soares



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Sede

Rua do Esboço, n.º 235 - 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 • Fax: 253 200 749
assoociadocrechedebraga2@gmail.com

Palmeira

Av. do Covato, n.º 122 - 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 • Fax: 253 307 101
assoociadocrechedebraga2@gmail.com

Cerra D. João Naveis e Sousa

R. D. João de Almeida e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 203 570 • assoociadocrechedebraga2@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA

TRANSCRIÇÃO DA ACTA DO CONSELHO FISCAL
DE
22 DE MARÇO DE 2017

Aos vinte e dois dias do mês de Março de dois mil e dezassete, conforme o estabelecido na alínea c) do Art.º 52.º dos Estatutos, reuniu o Conselho Fiscal da Associação de Creche de Braga, na sua Sede sita na Rua do Raio em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um - Análise do balancete relativo ao quarto trimestre do ano anterior (2016).-----

Ponto dois - Análise do Relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano 2016 e emitir Parecer sobre os mesmos.-----

Presentes os membros do Conselho Fiscal a saber: Presidente Álvaro José de Barros Nogueira, Vogais António da Cunha Melo e Izequiel da Silva. Foi convidada a Dr.ª Daniela Moraes, responsável pela Contabilidade da Associação para, em caso de dúvidas, fornecer informação mais detalhada sobre as contas em apreço.-----

Foi iniciada a sessão com uma breve análise do balancete relativo ao quarto trimestre do ano anterior constatando-se que todo o exercício decorreu de forma harmoniosa. Assim sendo;-----

O Conselho Fiscal elabora o Relatório e Parecer nos seguintes termos:-----

1. Após a discussão e análise efectuada, o Conselho Fiscal entende que na conjuntura destacada no relatório da Direcção é importante gerir adequadamente todos os recursos disponíveis de forma a promover uma orientação segura que permita como até ao momento manter a estabilidade financeira evidenciada nas contas e patente no Balanço.-----
2. O mapa com a Demonstração dos Resultados por Naturezas evidencia todo o movimento desenvolvido nas contas de rendimentos e gastos nada havendo a opor. O resultado líquido positivo obtido, de € 111.062,62(cento onze mil, sessenta e dois euros e sessenta e dois céntimos), apesar da mais valia obtida em alienação de imobilizado, deve ser valorizado dado que a inversão da situação negativa é relevante e aqui lavramos o nosso Voto de Louvor à Exma. Direcção.-----
3. Ao longo do exercício o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de nenhum acto contrário ao estipulado no Estatuto da Associação.-----
4. O Conselho Fiscal analisou ainda o relatório apresentado pelo Revisor Oficial de Contas tendo em conta a certificação legal imposta pelo mesmo.-----
5. Pelo exposto, e dando cumprimento às disposições estatutárias, este Órgão aprova e é de Parecer, que todos os documentos apresentados, Relatório de Gestão, Balanço Geral e Contas, referentes ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezasseis, sejam aprovados.-----

Finalizamos endossando um Voto de Louvor à Direcção, extensivo a todos os Membros que fizeram parte dos Corpos Gerentes e que pelos mais diversos motivos terminam o seu mandato realçando assim o contributo de todos para o engrandecimento da Associação da Creche de Braga.-----

Antes de encerrar reconhece-se a disponibilidade, informação e colaboração prestadas ao longo do referido exercício.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e lavrada esta acta que eu Izequiel da Silva, escrevi e depois de lida vai ser assinada pelos membros do Conselho.-----

O Conselho Fiscal,





Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados <i>77 de natureza 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	19	1 847.464,59	769.536,36
Subsídios, doações e legados à exploração <i>84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	20	2 1.817.593,63	1.776.257,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	3 (141.724,34)	(137.040,00)
Fornecimentos e serviços externos <i>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	21	4 (292.802,61)	(290.085,05)
Gastos com o pessoal <i>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	22	5 (2.200.523,17)	(2.256.897,44)
Outros rendimentos e ganhos <i>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	23	6 210.486,87	86.611,28
Outros gastos e perdas <i>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	24	7 (18.977,71)	(47.293,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		221.517,46	(98.911,14)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	8 (95.555,15)	(99.095,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		125.962,31	(198.007,13)
Juros e rendimentos similares obtidos <i>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	25	9 158,70	138,36
Juros e gastos similares suportados <i>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100</i>	25	10 (15.058,39)	(17.587,58)
Resultados antes de impostos		111.062,62	(215.456,35)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		111.062,62	(215.456,35)

Braga, 10 de março de 2017

A Direção

Contabilista Certificada, n.º 55.926

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5800 S. UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60637

PROFESSOR J. H. GOLDSTEIN

RE: [Illegible]

DATE: [Illegible]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

Venda dos Prédios de Lisboa aos Inválidos do Comércio

Em Fevereiro de 2016 vendemos a nossa quota parte 1/29 por 231034,48€

- Liquidamos o empréstimo que tínhamos no Millennium e que contraímos em 2012 antes de recebermos a linha de credito no valor de 46693,20€.

-Liquidamos parte do empréstimo que contraímos em Julho de 2015 no valor de 175.000,00€ - ou seja liquidamos 85.796,77€

Em Janeiro ²⁰¹⁵ tínhamos de empréstimo no Millennium bcp 203315,98€, aquando do recebimento do valor da venda e liquidarmos um empréstimo e parte de outro ficamos a dever ao Millennium bcp 64575,12€ *4 fev 2016*

Fizemos um deposito a prazo de 70.000,00€, para pagamento de subsídios de férias em Julho.

*De 2015 para 2016 dividimos
cerca do 213.000,00€
o úle das empresas*

Demonstração de Resultados de 2016

- 1- Nas vendas há um aumento pois este ano o numero de utentes a frequentar também aumentou, além dos 2,5% de aumento da mensalidade a partir do mês de Setembro/2016.
- 2- Nos subsídios da segurança social houve um aumento pois como houve um aumento da frequência de utentes, logo o valor pago pela segurança social
- 3- No que diz respeito ao consumo dos géneros alimentares aumento ligeiramente também isto se deve ao aumento das crianças assim como a taxa de inflação.
- 4 - Nos FSE houve um ligeiro aumento
- 5-Gastos com pessoal - Houve uma diminuição no valor global dos vencimentos pois este ano em Junho deixamos de pagar a compensação aquelas funcionárias com as quais fizemos acordo em Julho de 2015. Este ano também fizemos um acordo com uma funcionária do Novais e Sousa- D. Sameiro Silva.
- 6 - No que diz respeito a outros rendimentos e ganhos o valor é bastante mais elevado pois aqui está contabilizada mais valia da venda dos prédios em Lisboa, o valor de 132204,24€. Aqui também estão contabilizados as rendas;
- 7- Outros Gastos e Perdas estão contabilizados -Condomínios, Quotas a União etc. *despesas bancárias*
- 8 - Gastos de depreciação - Gastos com as amortizações do Imobilizado;
- 9 - Juros e rendimentos similares - Juros obtidos com os depósitos a prazo
- 10- Juros e gastos similares suportados - Juros pagos relativamente aos empréstimos que temos;

98.330,24 € vlt. q
está contabilizado no
nosso imobilizado

(21.141,62)

Exmos. Snrs.

ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA

Rua Raio, 235

4710 - Braga

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

15/MCG/2017

Data

23/03/2017

ASSUNTO: CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - PERÍODO DE 2016

Os meus cumprimentos.

Pelo presente, junto envio a **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS** da entidade ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA referente ao período de 2016, para arquivo no dossiê fiscal.

De V. Ex.ª

Muito Atenciosamente,


Mário da Cunha Guimarães

ANEXO: 1 documento (2 páginas)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.021.525,08 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.164.343,12 euros, incluindo um resultado líquido do período de 111.062,62 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA DIREÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devida a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 17 de março de 2017



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.